



Leitura, Questão Semiótica¹

Reuben da Cunha Rocha²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo mobiliza o repertório conceitual da semiosfera para propor uma reflexão sobre a leitura como acontecimento participante dos sentidos de um texto – do *plural do texto*, tomando emprestada a provocante expressão de Roland Barthes. A leitura aqui é pensada como produção textual, operação realizada na própria linguagem, que, portanto, mais do que explicar ou remeter a significados de um texto, lhe acrescenta camadas textuais. A partir destas noções, o artigo colhe em alguns campos do pensamento traços da concepção que propõe (apresentados como *formas da leitura*), para sugerir o caráter poético e criador da leitura como produção de sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: leitura; produção de sentidos; semiosfera

Término de leitura/ (...) não pode ser o ponto final./ Também não pode ser/ a pacatez burguesa do/ ponto seguimento./ Meta desejável:/ alcançar o/ ponto de ebulição. (Waly Salomão, Tarifa de embarque.)

1. Leitura como texto

“Ali eu leio, levantando muitas vezes os olhos, mas não sem proveito”, anota o diário de Roland Barthes sobre algumas horas gastas num café. Esta imagem da leitura não é rara em sua obra: ler erguendo os olhos, deixar-se interromper pelo pensamento, por associações, prazeres. Leitura desrespeitosa (ela interrompe o texto, abandona-o) e ao mesmo tempo rica (ela responde ao texto, desenvolve-o), que ocupou o escritor como um tema querido e que oferece o ponto de partida deste início: que se pode dizer deste texto que escrevemos virtualmente enquanto lemos?

Um gesto: entrar numa biblioteca e escolher um livro. Abrimos o livro e descobrimos vários outros – uma anotação a lápis, um círculo em vermelho destacando uma palavra, um grafismo interrogando um parágrafo, questões povoando as margens e ocupando o espaço entre as linhas. Os grifos encontrados neste livro são marcas de uma leitura interventiva, de alguém (quantos alguéms?) que diz “é isto o que importa neste texto”. Podemos discordar (seremos um alguém a mais), mas nos desviamos, somos atraídos

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. Email: reubencr@gmail.com.



por aquelas marcas em busca talvez de algo essencial naquele livro, ou por pura curiosidade pelo que chamou a atenção deste leitor impositivo.

Neste sentido podemos ler o grifo como uma atualização daquele texto virtual atribuído por Barthes ao leitor, sua atividade concreta: uma leitura que propõe e produz sentidos. Questão transdisciplinar por natureza: da leitura poderiam se ocupar a sociologia ou a psicologia, a filosofia. Que significa pensá-la como produção de sentidos, portanto produção de linguagem, pensá-la como texto, voz a mais na conversa dos signos? É o que a imagem da biblioteca oferece, uma deixa para flagrar a leitura em suas formas expressivas, flagrá-la na vida da linguagem: ela não incide *sobre* os signos, é pura atividade sónica. Ato que integra o texto lido e participa de sua significação.

A leitura como participação nos sentidos do texto é aqui pensada como atividade desenrolada no *continuum* semiótico da cultura, proposto por Iuri Lotman como semiosfera. O campo conceitual legado pelo semiótico fornece uma imagem da arena em que se dá o vínculo semiótico da leitura, e a partir daí serve também de ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção de texto que potencialize a ideia que se propõe. Por fim, a imagem que resulta disto é amplificada através de alguns exemplos, produções a que recorro como formas da leitura, pura textualidade dos sentidos.

2. Semiosfera e produção de sentidos

O conceito de semiosfera nasce da proposição duma inversão, a de não ser o signo ou sua natureza o objeto da semiótica, mas o próprio espaço semiótico, ele que precede e torna possível a semiose, que põe signos, linguagens, textos, códigos em contato. O espaço semiótico da cultura em que cabem e coexistem os signos em atividade numa época: do último romance do mais novo autor que projeta a literatura da próxima década ao manuscrito recém-descoberto no rodapé de uma pirâmide que redefinirá o que se sabe sobre o Egito Antigo, das cores da estação às mudanças climáticas, da descoberta de uma nova galáxia à de um alfabeto perdido, qualquer signo ou sistema reconhecível (legível, interpretável) a uma cultura o é apenas por integrar o espaço da semiosfera.

Sua posição é a de ser a própria condição de desenvolvimento da cultura e, inversamente, o resultado de sua complexidade, do processo histórico no fim do qual os sistemas de signos se tornam capazes de autodescrição. A semiosfera é menos um modelo descritivo do que uma espécie de diagrama de funções e relações hierárquicas:



os textos convivem porosamente no espaço semiótico e a dinâmica de suas relações possui mecanismos regulares de funcionamento (os fluxos entre centros/periferias, o mecanismo bilíngue da fronteira, a não-homogeneidade estrutural do espaço semiótico), mas sua regra geral é o choque e a violação/recomposição de hierarquias entre linguagens (LOTMAN, 1996: 30). Textos se perdem de seus códigos, ruídos de comunicação produzem novidade de informação, mudanças de contexto alteram os modos de leitura dos textos, fragmentos de linguagem sobrevivem sem gramática. Daí que a topografia composta por estes espaços – centros, periferias, fronteiras – seja a de uma dinâmica em que os mecanismos semióticos de tradução/intraduzibilidade põem textos em contato ativo, dialógico, responsivo.

Isso como se sabe desloca perspectivas semióticas clássicas, como as que veem no signo uma unidade atômica em cuja natureza está a chave da decifração de significados, ou as que a fim de compreender o texto investem na descrição da hierarquia de suas funções internas. Pressupostos que têm por consequência que sistemas de signos sejam vistos como precedentes às formações semióticas concretas, ou que estas funcionem como exemplares de um ideal de estruturalidade, e em ambos os casos o fenômeno é tomado como invólucro de algum conteúdo, quer o significado, quer a estrutura. Mas no ato da leitura há o texto, a linguagem é uma abstração secundária que no limite é criada por ele próprio (e aqui penso especificamente no texto artístico, que trabalha no limite da expressão). É com os textos que nos deparamos no espaço vivo da significação e os sentidos resultam sempre de um contato – investigar a natureza do signo isolado diz muito pouco sobre seu funcionamento real, que é afinal o que importa à semiótica: *o signo enquanto significa*.

O texto, sob esta perspectiva, não é nem uma amostra exemplar das leis de funcionamento da língua nem um microcosmo autônomo e fechado em suas leis internas de funcionamento. É algo composto na encruzilhada de diversos códigos e linguagens (não de *um* código, ou de *uma* linguagem) cuja estruturalidade inclui os fluxos dinâmicos que se movem entre texto e leitor, entre texto e outros textos, ou entre textos e contextos diversos, fluxos que são o próprio motor dos processos de significação.

A realidade dessas relações é a de que qualquer dado novo ativa sentidos que estão além da mera decodificação duma mensagem, da decifração da intencionalidade do que se quis dizer. Se há uma mensagem que se emite, ela passa por todo tipo de choques, conexões, atritos, ruídos que lhe acrescentam sentido, que lhe enriquecem de maneiras



imprevisíveis aos pretensos emissores e receptores. Por isso Barthes chama a atenção para a leitura que se faz *erguendo os olhos*, fundada no desvio, que leva texto e leitor para além de si. Esta leitura participa da trama ampla da cultura como o próprio texto que se lê – irreparavelmente abertos a outros códigos e linguagens com que esbarre e se ponha em fronteira. Ora, na semiosfera encontram-se desde os sinais dos satélites até os versos dos poetas e os urros dos animais (a imagem é de Lotman); não é diferente com a leitura, resposta semiótica aos signos, signos sobre signos. Por isso Lotman se refere às interpretações como as *variantes* da obra, o mesmo a que Barthes chamaria *o plural do texto*.

Mesmo porque no campo de estudos da semiosfera trata-se de compreender processos relacionais *produtores* de linguagem (MACHADO, 2007), atividade de compreensão ela própria relacional e *sígnica*. A semiosfera assim se desdobra sobre o espaço em que se realiza seu próprio estudo, o que sugere que no território dos signos não há observação, mas participação, e que os sentidos são fruto de uma produção, não de uma decifração. Concepção de linguagem privilegiada para se pensar esta leitura autoral, espaço da alteridade em que o texto é recriado e nunca coincide consigo mesmo. Compreensão responsiva, que implica entender e apropriar, transformar: um texto desencadeia idéias, talvez esta a maior vocação das idéias que contém. Ler, assim, uma forma de re-escrita, e este paradoxo: acontecimento irrepitível, único, que ao mesmo tempo aponta para o múltiplo.

Que é uma epígrafe, por exemplo, senão uma estrutura repetida apenas para ser deslocada, e dizer algo diferente dela mesma, respondendo a chaves de leitura que estão no texto que a apropria, e não no texto de origem? Semelhantemente, cada ato de leitura altera o texto. Não há novidade em afirmá-lo: ler, e depois reler, não são a repetição do mesmo gesto, mas atos distintos, olhares diversos na direção de um texto já diverso de si mesmo. É o encontro produzido na leitura que põe em ação o texto, ela o ativa e o constitui, lhe acrescenta sentido, quer dizer, cria.

3. Texto da cultura e inteligência semiótica

Na outra ponta está a obra, que não termina onde o autor o quis, no ponto final. Se a leitura integra o campo de relações dialógicas da linguagem, é preciso que o texto seja a outra voz, também ativa, também criadora. É assim que “no processo de comunicação dialógica com o objeto, este se transforma em sujeito” (BAKHTIN, 2003: 381), insight



bakhtiniano muito próximo do conceito de texto desenvolvido por Lotman (2000) ao propô-lo como um mecanismo *gerador* de sentidos. Texto como dispositivo intelectual, mais do que como um produto da inteligência de um autor – ele não só *contém* informação, mas produz sentidos para além dos que nele se depositou. Uma teoria na qual o texto não é visto como *produto* (um sistema fechado, com uma ordem hierárquica interna pronta pra ser decifrada), mas como *processo*. Espaço de relações responsivas, metáfora para a própria cultura. *Logos que cresce por si mesmo*, como na expressão de Heráclito emprestada por Lotman, há esta capacidade dos signos de dizerem mais do que o previsto.

A linguagem é capaz de auto-organização, a ação dos signos é criadora e os mecanismos semióticos, dispositivos pensantes (LOTMAN, 2000). A cultura funciona como um cérebro: armazena/transmite/cria informação – os atributos de uma inteligência propriamente semiótica, ou seja, *inteligência dos signos*, libertada a noção de inteligência do antropocentrismo. O exemplo de Lotman para a participação ativa dos textos na cognição é o da tradução poética: traduzido um texto de um idioma a outro, a tradução reversa jamais equivalerá ao original. Caso a linguagem dissesse respeito à mera transmissão de conteúdos, caso a operação tradutória dependesse do que quer o tradutor ou mesmo o autor traduzido, ela resultaria em textos coincidentes. Mas ocorre de o tradutor se debater o tempo todo com escolhas, decisões de forma que rearranjam sentidos e geram nova informação.

O mecanismo semiótico visto assim exhibe um elemento de indeterminação que não cabe ser visto como indesejável, pois é precisamente o contrário, aquilo que define o texto. É o olhar que se desloca, muda a imagem que se faz do objeto da leitura: espaço de relações a exigir uma postura de leitor não como a daquele que decifra algo, mas como alguém atento às possibilidades de sentido para as quais o texto aponta (e aqui esclareço que os exemplos de textos verbais dados neste artigo não reduzem a noção de texto com que trabalho à linguagem verbal). Um leitor que trate com o texto, não que o disseque. O texto se amplifica a cada relação que estabelece, e estabelece conexões diversas a cada novo elemento com que trave contato, é consciência autônoma no processo do conhecimento. Ele participa dos processos de significação com personalidade, voz ativa tanto quanto a do leitor ou autor.

Cada ato de leitura, assim, ativa significações singulares, o que também implica que não pode nunca pretender *explicar o texto*, caso isso signifique uma exegese, uma decifração, aquela espécie de revelação do que o texto quer dizer típica de certo



comportamento religioso. *Participar* dos sentidos do texto é intervir no tecido semiótico da cultura e, lembrando Bakhtin, o mais produtivo é que ambos, leitor e texto, saiam alterados da leitura. A multiplicidade dos sentidos se dá no instante dum acontecimento: o encontro entre vozes, gerador de interpretantes na “cadeia semiótica ilimitada” do pensamento, emprestando a expressão de Haroldo de Campos. Apostar no caráter dialógico deste evento é precisamente negar quaisquer relações de autoridade ou subordinação entre estas vozes, é confrontar o sujeito-leitor com o texto, este mecanismo semiótico inteligente. Aí se prevenirá contra o dogmatismo de visão que paralisa o pensamento e acerca do qual Bakhtin escreve que “se não esperamos nada da palavra, se sabemos de antemão tudo o que ela pode dizer, ela sai do diálogo e se coisifica” (2003: 328).

É este encontro aquela “luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento”. Vista a leitura dessa forma torna-se visível o caráter processual dos sentidos, “a índole de acontecimento do conhecimento dialógico” (BAKHTIN, 2003: 400). O leitor é o *outro* do texto e o integra, o sentido é aquilo que excede de ambos, a dose de descentramento que resulta de sua diferença. Excedente que é sua riqueza, sua potência, e sua realidade: instaura o leitor (torna o sujeito leitor) e funda o próprio texto, que se para o autor termina quando acaba a escrita, como obra existe apenas quando lido. Semioticamente, o livro fechado, como a “palavra em estado de dicionário”, importa muito pouco, está fora do horizonte das relações dialógicas em que habita a vida da linguagem.

4. Formas da leitura

A leitura pensada assim possui suas formas. A epígrafe ou a citação, cujo contexto e chave de leitura não estão no original, mas no texto que as apropria. A tradução, forma das mais atentas e complexas de leitura, que instala o autor traduzido entre duas culturas, e o texto entre duas autorias. A própria atividade das Ciências Humanas, cuja realidade imediata é o grande texto da cultura (BAKHTIN, 2003). Na filosofia, Gilles Deleuze, falando sobre seus comentários (a Bergson, Kant, Hume), forneceria uma imagem exemplar ao descrevê-los como “filhos monstruosos” feitos pelas costas dos filósofos. Filhos porque “o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia dizer”, e ainda assim monstruosos, “porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, deslizos, quebras, emissões secretas” (1992: 14) em que residiria o



caráter nitidamente autoral daqueles textos. São deslocamentos de idéias esses “filhos monstruosos”, formas de amplificar sentidos que sintetizam o que a leitura pode chegar a ousar: a criação.

Se a leitura não escapa, mas integra a polissemia do texto, por que não assumir sua polissêmica potência ao invés de resguardar significações dominantes cuja reiteração pouco ou nada acrescenta? A leitura como lugar da heterogeneidade: o outro altera o eu. Uma espécie de permissividade semiótica que é o que pode haver de mais produtivo na vida dos signos, “a orientação da palavra entre palavras, as diferentes sensações da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela” que não por acaso Bakhtin elege como questão premente de investigação (2008: 232). As formas da leitura são registros do descentramento e da desestabilização gerados pela alteridade, elas captam algo do que é lido e ao mesmo tempo dizem muito sobre o próprio leitor, e mais do que isso, capturam o instante de um encontro que oferece sobretudo um olhar inventivo, sua singularidade.

Para acrescentar um último exemplo, num ensaio conhecido, “Kafka e seus precursores”, Jorge Luis Borges exercita uma leitura reversa da história literária, cujo ponto de partida é identificar que ao longo dela há obras bastante heterogêneas entre si aproximadas unicamente pela existência dos textos de Kafka. Caso Kafka não tivesse escrito, diz Borges, jamais perceberíamos as afinidades secretas entre Han Yu, prosador chinês do século IX, alguns escritos de Kierkegaard e a poesia do inglês Robert Browning, entre alguns outros. Isso porque *não haveria* afinidade: nós a devemos a Kafka, pois cada escritor *cria* seus precursores, alterando com sua obra a leitura que fazemos do passado.

Mas não é Kafka quem aproxima – retomando a lista de precursores – o paradoxo de Zenão (onde estariam “os primeiros personagens kafkianos da literatura”) de um conto de Léon Bloy, é provável que parte dos autores elencados por Borges sequer estivesse no horizonte de leitura de Kafka. Reconhecemos o escritor onde Borges o aponta, e se queremos entramos com ele no jogo (eu acrescentaria à lista “O crocodilo” de Dostoiévski), mas não há motivos para acreditar que fosse assim a relação que o próprio Kafka estabelecia com a tradição literária. Afinal, investigar o que há de kafkiano na literatura pré-Kafka não seria possível ao autor, já que só depois de sua obra ter sido realizada é que pudemos conhecer o significado de *kafkiano*.

Este mapa de leitura é preciso atribuir a Borges, e o que ele opera, muito sensivelmente, é uma inversão total da ideia de influência, tão recorrente nos estudos literários. Há esta



leitura mais ou menos padrão, detetive de semelhanças, que investiga ecos de autores do passado no trabalho de autores do presente. Naquelas páginas Borges quer outra coisa. Trata com distinto traço a mesma questão, sem dar a menor bola para a linearidade fatal do cânone: é o presente que lança luz sobre o passado, estabelece conexões inéditas, manipula criativamente a cronologia. Em suma, um poema de Browning “profetiza a obra de Kafka, mas nossa leitura de Kafka afina e desvia sensivelmente nossa leitura do poema” (p.130). Este desvio é a própria atividade crítica, que soma ao texto lido toda uma história pessoal de leitura. Atividade que Borges exercita até o estatuto de arte, como é o caso quando o comentário se torna tão imprescindível quanto o comentado. Se a partir de Kafka é possível a Borges a tese de que o escritor elege seus precursores, podemos pensar que é somente a partir de Borges que os escritores podem experimentar conscientemente esta outra relação com a tradição literária, feita de escolhas e conexões criativas mais do que de débitos escolares.

A isto se quisermos podemos chamar uma *arte da leitura*, sua vocação criadora. Especificidade da leitura como ato estético: ela não seria possível sem a obra alheia, mas, como no exemplo de Borges, seu impacto não é menor que o daquilo que lhe serve de argumento (retomo ainda uma vez Barthes, que costumava dizer que a única diferença entre ensaio e ficção é o compromisso de referencialidade do primeiro).

Entrar assim, em posição francamente dialógica, nas possibilidades da leitura, comprometer-se responsivamente com o texto do outro (e com o próprio texto como outro), que é uma questão poética (é linguagem, e é criação), aponta certamente pra uma ética. Que diz: este não é o original, é outra coisa, que se lhe faz menção é só para propor desvios, outros sentidos. Esta a fidelidade da leitura, explorar a potência de seus limites. Nenhuma interpretação se põe no lugar do interpretado – o signo não é a coisa, e de igual forma o comentário não é o comentado. Nem deve ser, ou querer ser, se o que quer é multiplicá-lo.

Talvez se duvidasse dessa ética de deliberados desvios, mas ela trata sobretudo de atrofiar certa ingenuidade no trato com a linguagem, uma que ignora a vocação da leitura para intervir ativamente na produção dos sentidos, isto que é sua espécie própria de política. A responsabilidade dessa leitura é com a própria responsividade, pois se trata, fundamental e radicalmente, de um comprometimento com o outro. Neste sentido, responder é pôr-se à altura do texto.

É portanto uma ética de risco a da leitura, e se a compreendemos como ato, não pode mesmo ser diferente: o acontecimento não se pode prever ou prevenir. Esta leitura deve



tanto ao texto lido quanto lhe oferece, e à pergunta *Que é a leitura?* responde: é participar dos sentidos de um texto. Que é apenas outra forma de dizer: mantê-lo vivo.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARTHES, Roland. “Escrever a leitura”. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BORGES, Jorge Luis. “Kafka e seus precursores”. In: *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DELEUZE, Gilles. “Carta a um crítico severo”. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

LOTMAN, Yuri M. *Universe of the mind: A semiotic theory of culture*. Indiana UP, 2000.

MACHADO, Irene A. “Os gêneros e o corpo do acabamento estético”. In: Beth Brait (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Semiótica da Cultura e Semiosfera*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.